

1. O que é influenza aviária?

A influenza aviária (IA) também conhecido como gripe aviária é uma doença altamente contagiosa, transmitida pelo vírus da influenza tipo A, que ocorre principalmente em aves e menos comumente em suínos. Em raras ocasiões atravessou a barreira entre as espécies e infectou a população humana.

Em aves domésticas, as infecções pelo vírus da IA são classificadas como de alta e baixa patogenicidade, relacionada à capacidade de provocar sinais clínicos severos em aves. As variantes de baixa patogenicidade causam sintomas brandos, que podem facilmente passar despercebidos. As formas altamente patogênicas mostram sinais mais marcantes. Sua disseminação no lote de aves ocorre rapidamente, causando síndrome que afeta múltiplos órgãos apresentando mortalidade que pode atingir 100% das aves afetadas, em menos de 48 horas.

Espécies de aves selvagens, principalmente as aquáticas, como patos e marrecos, podem albergar cepas de vírus, tanto de alta como de baixa patogenicidade, sem apresentação obrigatória dos sinais clínicos. O contato entre aves domésticas e migratórias tem sido a origem de muitos surtos epidêmicos.

A IA pode ocasionalmente infectar a população humana e outros animais, após contato direto dessas espécies com aves infectadas.

2. Já foram diagnosticados casos de influenza aviária no Brasil?

Não foram registrados casos de influenza aviária no Brasil, quer seja em plantéis avícolas comerciais, aves migratórias ou na população humana.

3. Influenza aviária é a mesma coisa que a influenza humana comum?

Não. A influenza comum ou sazonal, comumente chamada de gripe, é uma doença respiratória contagiosa dos humanos que causa febre, dor de cabeça, dor de garganta, dores no corpo e congestão nasal. A gripe ocorre todo ano, geralmente no inverno.

Influenza aviária, comumente chamada de gripe aviária, é uma doença respiratória contagiosa que afeta as aves, particularmente aves domésticas, e pode se apresentar de duas formas: alta patogenicidade e baixa patogenicidade.

4. Qual a diferença entre o vírus da influenza aviária de alta patogenicidade e o de baixa patogenicidade?

Influenza aviária de alta patogenicidade causa uma severa enfermidade nas aves podendo chegar a 100% de mortalidade.

Influenza aviária de baixa patogenicidade causa uma enfermidade branda nas aves podendo causar pouca ou nenhuma mortalidade das aves.

5. Quais variantes ou cepas causam a doença de alta patogenicidade?

Os vírus de IA possuem 16 subtipos de H e 9 subtipos de N. Apenas os subtipos H5 e H7 são conhecidos por causar a forma altamente patogênica da doença, contudo nem todos os vírus H5, H7 ou H9 são altamente patogênicos, nem irão necessariamente causar doença severa nas aves.

6. A influenza aviária pode infectar humanos?

A influenza aviária é uma zoonose, contudo não é comum a infecção de humanos pelo vírus da influenza aviária. Poucos vírus da influenza aviária ultrapassaram a barreira entre espécies.

Os surtos de doença causados pelos vírus de alta patogenicidade podem representar risco para a saúde humana, em particular para os trabalhadores de granjas e de abatedouros dessas aves, pelo nível maior de exposição.

Os outros subtipos do vírus de influenza aviária, já diagnosticados em humanos, não causam doença grave nem mortalidade em pessoas infectadas.

De acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), os vírus H5N2 e H5N8, responsáveis atualmente por surtos em aves domésticas nos estados Unidos, não tem demonstrado potencial zoonótico.

7. É seguro o consumo de carne de aves e ovos?

Sim, desde que, tanto a carne de ave e os ovos, estejam cozidos. Temperaturas acima de 70° C matam o vírus. A refrigeração e o congelamento não matam o vírus. É importante ter cuidados com a higiene ao manusear os alimentos e não comer carne crua.

A influenza aviária não é transmitida pela comida cozida. Não há evidências que indiquem a infecção por consumo de frangos cozidos adequadamente ou de produtos derivados, mesmo que esses alimentos tenham sido contaminados pelo vírus.

No Brasil, como não ocorreram casos de IA, aves e seus produtos devem ser preparados e consumidos como usualmente.

8. Quais são os sinais clínicos da influenza aviária em aves domésticas?

Os sinais clínicos podem variar e passar despercebidos, no caso de vírus de baixa patogenicidade. No caso de IA de alta patogenicidade comumente se observa: depressão severa; edema facial, com crista e barbela inchada e com coloração arroxeada; dificuldade respiratória com descarga nasal; queda severa na postura; diminuição do consumo de água e ração, igual ou superior a 20%; morte súbita, que pode chegar até 100% do plantel, num período de 48 horas.

Quando observar esses sintomas nas aves domésticas, é obrigatória a comunicação ao escritório local do serviço de defesa sanitária animal da Secretaria de Agricultura, ou à Superintendência Federal de Agricultura no Estado.

9. As aves migratórias podem disseminar os vírus de influenza aviária?

As aves migratórias podem transportar vírus da IA em suas vias respiratórias ou intestinais, contudo, normalmente essas aves não ficam doentes. Elas têm sido historicamente conhecidas como reservatórios e vetores do vírus da influenza aviária.

Ao redor do mundo, medidas de vigilância têm sido postas em prática para monitorar a ocorrência e características dos vírus da gripe aviária nas aves

silvestres. Durante testes de rotina, é comum encontrar os vírus da gripe aviária, principalmente em aves aquáticas silvestres.

Ao identificar aves silvestres migratórias mortas, entre em contato com o médico veterinário da Secretaria de Agricultura ou do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para que esse profissional possa dar início a uma investigação sobre a presença do vírus de influenza aviária.

10. Como o vírus da influenza aviária é transmitido e disseminado entre as aves?

O vírus da influenza aviária pode ser transmitido entre as aves pelo contato direto com fezes, saliva e outras secreções das aves infectadas (vivas ou mortas), alimentos, água, roupas e utensílios contaminados.

O vírus também pode ser transmitido de uma granja para outra pela movimentação de aves vivas, pessoas (especialmente quanto sapatos e roupas forem contaminados), veículos, equipamentos, ração, gaiolas.

O vírus da influenza aviária é capaz de sobreviver no meio ambiente, na água, matéria orgânica, dependendo das condições de temperatura e umidade, por um longo período de tempo e quase que indefinidamente em materiais congelados.

11. Qual o risco da influenza aviária para a saúde pública?

Os vírus da gripe aviária são altamente espécie-específicos, em raras ocasiões eles ultrapassam as barreiras entre espécies para infectar humanos. Esta doença não deve ser confundida com a gripe sazonal humana (gripe), que é uma doença humana muito comum (geralmente causada por vírus humanos H1 e H3). Episódios de transmissão do vírus da gripe aviária aos seres humanos podem ocorrer quando há contato próximo com aves infectadas ou com ambientes altamente contaminados. Dado o potencial de infecção humana, as pessoas que trabalham com ou em contato com aves infectadas (ou suspeitas de estarem infectadas) com o vírus da influenza aviária devem utilizar roupas de proteção, incluindo máscaras, óculos, luvas e botas.

O vírus tem tendência à mutação e pode ocasionalmente disseminar-se para outros animais ou se transformar numa nova variante, capaz de ser transmitida entre humanos. Esta mudança pode dar início à situação de pandemia.

Os costumes de convivência com aves domésticas, em que a população mantém íntima convivência com patos e gansos infectados, podem facilitar a ocorrência de casos humanos.

12. O Brasil é livre de influenza aviária. Por que medidas de vigilância estão sendo implementadas?

De acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, desde 2014, a Influenza Aviária ocasionada por diferentes cepas virais já foi notificada em mais de 35 países, afetando todas as regiões do mundo. Tais eventos ocasionaram a morte, natural ou por sacrifício sanitário, de dezenas de milhões de aves.

A OIE considera que não é incomum a circulação do vírus da influenza aviária, especialmente entre as aves silvestres. Mas entende que o recente aumento de casos, em nível mundial, demonstra a necessidade de intensificar a vigilância, detecção precoce, resposta rápida aos surtos registrados, prevenção e controle da doença. Destaca ainda a importância da implantação de medidas de biossegurança nos estabelecimentos avícolas.

Os inúmeros casos de influenza aviária detectados recentemente na América do Norte e a existência de rotas de aves migratórias que vem para o hemisfério sul, podendo carrear o vírus, aumenta a preocupação com uma possível introdução da doença no Brasil. Diante disso, as autoridades sanitárias do país trabalham para mitigar o risco e prevenir o aparecimento da influenza aviária no plantel avícola nacional.

13. O que há de especial sobre os focos de influenza aviária em aves?

A influenza aviária causa grandes perdas para o setor avícola, pois todo rebanho infectado deve ser sacrificado, podendo causar a destruição de milhões de aves. Além disso, em consequência a um foco o comércio internacional de aves e seus produtos sofre restrições, gerando perda de mercados externos e desequilíbrio no mercado interno. Um foco de influenza aviária acarreta grandes econômicas e relevante impacto social.

O Brasil é hoje o maior exportador de carne de frango do mundo e o terceiro maior produtor, contribuindo de forma expressiva com o Produto Interno Bruto nacional. Um foco de influenza aviária no plantel avícola brasileiro causaria um enorme prejuízo à nação.

A influenza aviária é uma enfermidade com reflexos no comércio nacional e internacional e, no caso de transformar-se em pandemia, as perdas seriam incalculáveis.

14. Uma vez detectado o agente da influenza aviária no País, quais medidas serão aplicadas para controle da doença?

Na ocorrência de um foco de influenza aviária é aplicado o **Plano de Contingência para Influenza Aviária**. Esse plano descreve ações para prevenir a disseminação da doença de onde foi detectado um foco. As aves dos estabelecimentos afetados serão sacrificadas e suas carcaças destruídas. As ações de contenção serão executadas pelo serviço veterinário oficial, pois o movimento de aves de origem destes estabelecimentos pode gerar disseminação do vírus no plantel avícola nacional. Esse plano está disponível no site do MAPA e é atualizado quando necessário.

15. Há tratamento para as aves doentes pelo vírus da influenza aviária?

Não, não há tratamento para as aves infectadas.

16. Que medidas serão tomadas em caso de suspeita de foco de influenza aviária em uma propriedade?

O Plano de Contingência para IA descreve as medidas que devem ser tomadas em caso de suspeita de foco de influenza aviária de alta patogenicidade em aves. Este plano é submetido à constante revisão.

Em caso de suspeita de foco de IA de alta patogenicidade, todas as aves do estabelecimento em questão deverão ficar confinadas. Nenhuma ave deverá entrar ou sair da propriedade. Pessoas, animais, veículos, produtos avícolas, ração animal, ou qualquer agente que possa transmitir o vírus da IA não poderão ser deslocados de e para a propriedade, sem autorização do serviço de defesa sanitária animal. Medidas de biossegurança, como desinfecção de vestimentas, veículos e equipamentos, nos pontos de entrada e ao redor dos galpões, deverão ser realizadas.

Em caso de confirmação da presença de IA de alta patogenicidade, as medidas de sacrifício e destruição das aves deverão ser conduzidas imediatamente pelos agentes de defesa sanitária animal.

17. Que medidas devem ser realizadas em um estabelecimento que teve um evento confirmado de influenza aviária?

Em caso de confirmação de IA altamente patogênica, todas as aves, ovos e produtos avícolas, incluindo ração e a cama, do estabelecimento deverão ser destruídos imediatamente. A carne das aves originadas dos estabelecimentos afetados e que foram abatidas dentro do período de incubação da doença, deverá ser localizada e destruída, ou termicamente tratada em abatedouros com SIF ou SIE, assim como os ovos incubáveis e de consumo. O estabelecimento e os veículos utilizados para transporte deste material serão constantemente limpos e desinfetados.

Além disso, deverão ser implementadas as seguintes medidas:

- proibição da retirada de qualquer tipo de animal existentes na propriedade (inclusive cães, gatos, eqüinos, bovinos, ovinos, caprinos, suínos);
- disponibilização de equipamentos para realizar as tarefas que permitirão a completa e segura destruição das aves: retroescavadeira, pá mecânica, caminhão caçamba, sacos plásticos reforçados, combustíveis líquidos, lenha, outros;
- destruição de todas as aves que tenham morrido no surto. Os ovos e os subprodutos produzidos durante o período provável de incubação da doença também serão localizados, destruídos ou tratados termicamente;
- limpeza e desinfecção de todas as áreas da propriedade.

Nenhuma ave deverá ser reintroduzida no estabelecimento até que seja feita a liberação da atividade pelo serviço de defesa sanitária animal. O período mínimo para esta liberação é de 21 dias após a conclusão das atividades de limpeza e desinfecção.

Com base em resultados de investigação epidemiológica, os serviços de defesa sanitária animal dos Estados, com a concordância do Departamento de Saúde Animal, adotarão medidas sanitárias em estabelecimentos vizinhos do local onde foi confirmada a presença do agente infeccioso, ou em quaisquer outros estabelecimentos onde haja suspeita de disseminação da doença.

18. Quais são as medidas que devem ser aplicadas na área vizinha ao estabelecimento afetado?

A demarcação de zona de proteção num raio de 3km, ao redor do foco de infecção.

A demarcação de zona de vigilância com raio mínimo de 7km, ao redor da zona de proteção.

Dentro dessas áreas, rigorosas medidas de vigilância e controle serão aplicadas.

19. Que medidas serão aplicadas na zona de proteção?

Aves vivas, produtos avícolas ou ovos incubáveis não deverão sair desta área. Algumas exceções poderão ser autorizadas.

Medidas de biossegurança serão tomadas em caso de movimentação dessas aves e produtos, no que se refere a seu manuseio e armazenamento.

As seguintes medidas serão aplicadas:

- todos os estabelecimentos com aves deverão ser identificados, visitados e as aves examinadas pelos agentes da defesa sanitária animal do Estado com colheita de amostras para envio ao Laboratório Oficial;

- a entrada e saída de pessoas e veículos dos estabelecimentos devem ser precedidas de desinfecção;

- fica proibido o transporte de aves para fora da zona de proteção, à exceção de trânsito que aconteça em grandes estradas que atravessem a região, porém alternativas de desvio deverão ser rapidamente implementadas;

- o movimento de pessoas e veículos em contato com as aves, carcaças e ovos pode estar sujeito a restrições e controles do serviço de defesa sanitária animal;

- feiras e outros eventos agropecuários serão proibidos dentro da zona de proteção;

- a carne e os ovos das aves originários da zona de proteção não poderão ser utilizados, a não ser em casos previstos e aprovados pelo serviço de defesa sanitária animal do Estado, com a concordância do DSA.

20. Que medidas serão aplicadas à zona de vigilância?

- Identificação de todos os estabelecimentos com aves, localizados na zona de vigilância, e adoção de medidas de biossegurança.

- Investigação em todas as propriedades com aves, estabelecimentos avícolas e locais de alojamento de aves, num raio de 7 (sete) km, ao redor da zona de proteção, registrando-se todas as visitas e as ocorrências de suspeitas identificadas;

- Proibição de movimentação de aves e ovos dentro da zona, nos primeiros 15 (quinze) dias;

- Manutenção de todas as aves no seu alojamento ou em outro lugar que permita isolamento, a critério do serviço oficial;

- Proibição de movimentação e retirada de aves da propriedade dentro da zona de vigilância, exceto às destinadas a abate sanitário em matadouro com Serviço de Inspeção Federal, situado dentro ou próximo da zona de vigilância;

- Proibição da retirada de ovos para fora da zona de vigilância, salvo se enviados a um incubatório para incubação e nascimento, avaliado e designado por fiscal federal agropecuário ou por médico veterinário oficial, sendo a

incubação controlada e realizada em máquinas separadas. Estes ovos e as suas embalagens deverão ser desinfetados antes do transporte ao incubatório, sendo vedada a reutilização de embalagens descartáveis;

– Proibição de retirada e utilização do esterco, ração e subprodutos de aves sem autorização do serviço oficial;

– Proibição pelo serviço oficial de realização de feiras, mercados, exposições e demais concentrações de aves de qualquer tipo;

– Controle pelo serviço oficial de movimentação, dentro desta zona, de pessoas, materiais, equipamentos e veículos que representem risco de veiculação do agente.

21. Há exceções a estas restrições?

Carnes e ovos que serão submetidos a tratamento térmico podem ser transportados para fora da zona de vigilância, desde que sejam asseguradas medidas de biossegurança. O serviço de defesa sanitária animal do Estado poderá autorizar este trânsito quando destinado a um abatedouro com inspeção federal. Poderá ser autorizado ainda o trânsito de pintos de um dia, frangas recriadas e ovos incubáveis, para dentro ou fora da área de vigilância, desde que seja assegurado que as medidas para evitar a disseminação do vírus de influenza aviária tenham sido implementadas.

22. Por quanto tempo os controles serão aplicados à zona de proteção e de vigilância?

Na zona de proteção, as medidas serão aplicadas por pelo menos 21 dias após o sacrifício e destruição das aves e a primeira atividade de limpeza e desinfecção das instalações do estabelecimento-foco. Após esse período, a zona de proteção se tornará zona de vigilância. As medidas serão aplicadas à zona de vigilância por período mínimo de 30 dias após a realização das ações de limpeza e desinfecção às áreas-foco. Porém, na prática, as ações de controle serão mantidas em ambas as zonas, durante o tempo necessário para assegurar a completa erradicação do vírus.

23. Quem é responsável por aplicar e fiscalizar estas medidas?

O MAPA, em colaboração com os serviços de defesa sanitária animal dos Estados, é o órgão competente para a execução das atividades durante o período de emergência sanitária.

24. As aves de estimação deverão ser sacrificadas?

Aves de estimação localizadas dentro do estabelecimento onde foi detectada a presença de vírus de IA de alta patogenicidade deverão ser sacrificadas. Aves localizadas na zona de proteção e na zona de vigilância não necessariamente serão sacrificadas. Os técnicos do serviço de defesa sanitária animal decidirão se esta ação efetivamente facilitará a rápida contenção e erradicação da doença, levando em consideração os riscos à saúde pública.

25. Há compensação para os criadores de aves que têm suas aves sacrificadas por ação de emergência sanitária?

O Decreto-Lei nº 24.654/34, que estabelece as medidas de proteção da sanidade animal, prevê o pagamento de indenização pelo sacrifício de animais, apenas nas atividades de contenção de doenças exóticas ao país.

Esforços devem ser adotados pelo setor avícola, para criação de um fundo financeiro, que facilita a compensação dos proprietários de animais, em decorrência de atividades sanitárias de destruição dos animais em focos, objetivando prevenir que a doença seja disseminada a plantéis indenes, ou seja, ainda não atingidos pela doença.

26. Por que o MAPA não indica a vacinação preventiva de aves?

A vacinação de aves reduz o aparecimento de sinais clínicos de doença e a mortalidade, mas não necessariamente interrompe ou previne o processo de disseminação do agente infeccioso. Dessa forma o sistema de vigilância à doença poderia não estar alerta ao aparecimento dos primeiros sinais clínicos da doença e assim não desencadearia as ações para contenção primária.

O uso de vacinação preventiva requereria a adoção de medidas particulares de vigilância e controle, de forma a prevenir a possibilidade de persistência da doença em sua forma endêmica na população de aves. Essa atividade não seria passível de realização em caso de atividade generalizada da vacinação de bilhões de aves, que são mantidas para finalidades industriais no País.

Além disso, restrições comerciais são impostas quando da utilização de vacinação, afetando a exportação de produtos da indústria avícola. Em momentos futuros esta posição poderá ser revista.

No caso da confirmação de um surto da doença no país, a utilização da vacina poderá ser revista.

27. Carne de aves, ovos e produtos avícolas infectados podem ser comercializados?

No caso de detecção de foco de influenza aviária de alta patogenicidade, todas as aves da propriedade serão destruídas e nenhum produto que possa ser considerado de risco para contaminação da população humana será liberado para a venda.

Recomenda-se ao cidadão o consumo de alimentos inspecionados pelo serviço veterinário oficial.

28. O Brasil realiza importação de material de risco?

Toda importação de material biológico animal, incluindo aves e seus produtos, é submetida a uma avaliação prévia do MAPA. Produtos de risco, originários de região afetadas pela IA, não têm entrada permitida no País. De outra forma, toda a entrada de material originário de outras regiões é acompanhada de certificação sanitária internacional, comprovando que o produto é isento de risco.

O Brasil realiza importação de aves e ovos férteis, para reposição de material genético, destinado a granjas avícolas de reprodução. Esta atividade é realizada sob estrita fiscalização do MAPA, mediante normas que asseguram a certificação sanitária de origem destes produtos e a condição sanitária destas aves e ovos, dentro do País.

29. Eu tenho aves domésticas. Como saber se minhas aves têm influenza aviária?

Nas aves, entre os sinais clínicos mais frequentes, estão: corrimento no nariz e nos olhos, cabeça, crista e barbela inchadas, diarreia, plumagem arrepiada e diminuição da postura. Esses sinais também estão presentes em outras doenças de aves, por isso o diagnóstico laboratorial é essencial. No caso de IA de alta patogenicidade, também são observados elevados índices de mortalidade, num período inferior a 72 horas.

Em caso de suspeita de IA, procure a unidade local mais próxima de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Agricultura do Estado ou contate a Superintendência Federal de Agricultura no seu Estado. O médico veterinário será responsável pela coleta de amostras e envio ao laboratório oficial, responsável pelo diagnóstico de IA. Em caso de confirmação da doença, as medidas previstas no **Plano de Contingência** serão aplicadas.

30. Eu trabalho na indústria de aves. Posso estar exposto à infecção por manipulação de frangos vivos ou subprodutos. Eu preciso tomar alguma precaução especial?

Não foram detectados casos de IA no País. Não há necessidade de adoção de precauções adicionais neste momento. Em caso de detecção de sinais clínicos da IA no plantel avícola de sua região, chame imediatamente o serviço oficial de atenção veterinária (unidade local de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Agricultura do Estado ou a Superintendência Federal de Agricultura no seu Estado).

31. Um viajante poderia se infectar com a influenza aviária e trazer o vírus para o Brasil?

Apesar de o risco de contaminação para pessoas que viajam para países que apresentam a doença ser muito pequeno, elas podem carrear o vírus através de roupas, calçados, utensílios, entre outras vestimentas e materiais, dessa forma, pessoas que viajarem para regiões com a doença devem evitar situações de risco, tais como: entrar em contato com fazendas e mercados de aves vivas, e assegurar que todo contato físico com frango cru e ovos deve ser feito com cuidados higiênicos. Viajantes originários de áreas contaminadas devem evitar visitas, por período de 21 dias, a estabelecimentos avícolas.

32. Quais medidas estão sendo tomadas no mundo com relação à disseminação da influenza aviária?

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) está acompanhando a ocorrência da doença nos países que apresentaram casos de IA em aves. Atualizações constantes são feitas no site da organização (www.oie.int).

Cada país aplica medidas sanitárias para evitar a disseminação da doença de acordo com suas normativas e recomendações da OIE.

33. Como posso prevenir a chegada da influenza aviária na minha criação?

Prevenir a chegada da influenza aviária à sua criação é um trabalho contínuo:

- evite o trânsito de outras pessoas e animais, bem como o contato de suas galinhas com patos, marrecos, gansos, perus e pássaros silvestres;
- sempre lave as mãos cuidadosamente antes e depois de entrar em contato com suas aves. É importante que você limpe e desinfete sapatos, roupas, mãos, gaiolas, caixas, debicadores, bandeja de ovos com frequência, bem como não compartilhe ferramentas, equipamentos e implementos usados nos aviários com vizinhos ou com outros proprietários de aves;
- se você visitou outros criadouros de aves, limpe e desinfete os pneus de seu veículo antes de regressar à sua propriedade; e
- mantenha as aves recém-chegadas ou de situação sanitária desconhecida separadas das outras de sua criação. Forneça água e alimentos para suas aves em instalações protegidas do meio externo, por meio de telas de malha não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm ou com outro meio que impeça a entrada de pássaros, animais domésticos e silvestres.

34. Como posso obter mais informações sobre a influenza aviária?

A maioria das informações sobre a IA pode ser encontrada em vários sites no mundo todo. Sites como o do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br), Organização Mundial de Saúde Animal (www.oie.int), Organização Mundial de Saúde (www.who.int) e Ministério da Saúde (www.saude.gov.br) têm atalhos para várias outras direções que possuem informações adicionais.